

A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2020

Emerson Vinicius Silva Soliz (PIBIC/UEM), Jean Carlos Moreno (Orientador). E-mail: jcmoreno@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História, Maringá, PR.

Ciências Humanas; História

Palavras-chave: Ensino de História; povos indígenas; material didático

RESUMO

A Lei nº 11.645/2008 tornou obrigatório o ensino de cultura e história indígena na Educação Básica. Foi um passo importante para os povos originários e resultou de um longo processo com diversos atores envolvidos. A presente pesquisa se propôs a selecionar e analisar uma coleção de livros didáticos dedicada aos anos finais do Ensino Fundamental aprovada no PNLD de 2020. Foi escolhida a coleção “História.doc”, Editora Saraiva. Para a pesquisa, apoiada em bibliografia atualizada, mapeou-se de que maneira as narrativas quanto às populações indígenas presentes nos quatro livros da coleção trabalha para a desmistificação ou reforço de concepções arraigadas no imaginário coletivo quanto aos povos originários. Para tal foi utilizado o conceito de representações presente na obra do historiador francês Roger Chartier, compreendendo o livro didático como parte importante na fundamentação de práticas ordenadoras da sociedade. A análise da obra escolhida levou à compreensão de como algumas destas representações presentes no senso comum são trabalhadas, visando desmistificá-las. No entanto, o ponto de vista predominante nas narrativas quanto aos povos originários, na obra analisada, segue sendo branco e europeu, o que impede ou limita a transposição de barreiras impostas historicamente quanto ao conhecimento e a visão estabelecida em relação aos povos indígenas.

INTRODUÇÃO

Roger Chartier (2002), em “A história Cultural: entre práticas e representações”, estabelece que as representações do social são fundamentadas pelos grupos sociais que as criam, além de serem fundamentais para determinar qual destes terá autoridade em relação aos outros, funcionando como ordenadoras, contribuindo para hierarquizar socialmente determinados grupos e populações. Assim, essas se tornam tão relevantes para a compreensão de uma sociedade quanto as lutas econômicas e políticas, uma vez que, por meio destas, é possível entender de que forma um grupo dominante é capaz de impor suas visões, projetos e valores. Neste sentido, analisar e compreender as representações dos povos indígenas nas narrativas historiográficas e didáticas torna-se tarefa fundamental para entender de

que maneira estas estão sendo construídas em relação dialética com interesses sociais e disputas políticas, assim como a luta por afirmação dessas populações.

A Lei nº 11.645/08 apresenta-se nesse sentido como um avanço ao incluir o ensino da temática indígena nos currículos escolares, uma conquista pelo reconhecimento e respeito quanto à cultura e história dos povos originários. Torna-se necessário analisar de que maneira essa temática tem sido trabalhada em uma das principais ferramentas dentro da cultura escolar: o livro didático. É preciso se perguntar qual espaço é destinado, o período histórico em que os povos indígenas são apresentados, a diversidade étnico cultural, assim como a desmistificação de noções preconceituosas e estereotipadas quanto a este grupo.

De acordo com Silva (2023), a partir do século XIX, durante o Segundo Império, o ideal romantizado da origem do Brasil levou à imagem de que os indígenas seriam gradualmente extintos ao serem absorvidos e aculturados pela sociedade brasileira. A partir dessa concepção, as diferentes culturas e etnias que habitavam o Brasil passaram a ser aglutinadas em uma noção homogeneizante e estereotipada do “índio genérico”, com um caráter claro e definido de primitivo e selvagem. Na mesma linha, Oliveira (2016) aponta que a historiografia brasileira adotou o modelo de narrativa a partir dos ciclos econômicos predominantes. Dentro desse esquema, as populações indígenas passaram também a ter um lugar dentro do tempo histórico devidamente estabelecido: a “pré” história do Brasil e os primeiros momentos da colonização.

Para Chartier (2002), as representações adquirem o caráter de fábrica tanto de respeito quanto de submissão, sendo ferramentas para a dominação sem o uso necessariamente da violência. A partir destas temos a conformação do imaginário de uma sociedade e a hierarquização de sua estrutura social. Os argumentos abordados por Silva (2023) e Oliveira (2016) quanto à narrativa histórica em relação aos povos originários reforçam que os interesses da sociedade brasileira a partir do século XIX visavam submeter esse grupo social a uma inferiorização e gradual extinção enquanto solidificava a narrativa do progresso da sociedade brasileira.

Somente na década de 1970 essa narrativa passa por transformações. Em um cenário onde as lutas indígenas se fortalecem, como a conformação da União Nacional Indígena (UNI), em 1979, pode exemplificar, passa a haver uma pressão mais forte em relação ao reconhecimento dos povos originários. Fato que pode ser atestado com a Lei nº 11.645/08.

O progresso representado pela Lei ainda é um pequeno passo, esbarrando em anos de uma historiografia que tendeu a subalternizar os indígenas, assim, a pesquisa buscou compreender de que maneira os livros didáticos aprovados no PNLD de 2020 representam essa população e o trabalho que fazem quanto à historiografia tradicional e a subalternização dos povos originários presente nessas narrativas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa buscou analisar livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental, visando analisar e contextualizar o imagético reproduzido nesses sobre os povos indígenas, compreendendo a partir dos livros as representações e seu alinhamento ou não com os estereótipos e representações homogeneizadoras quanto aos povos indígenas, após levantamento bibliográfico quanto a historiografia a respeito desse grupo social. Foi estabelecida então através do método de análise qualitativa, sendo realizado uma pesquisa bibliográfica e documental quanto às fontes para chegar às conclusões e resultados.

Escolheu-se a coleção “História.doc”, de Ronaldo Vainfas; Jorge Ferreira; Sheila de Castro Faria e Daniela Buono, de 2020, pela editora Saraiva. A escolha pela coleção se deveu ao fato de se tratar de uma editora renomada e consolidada na produção de materiais didáticos, além da presença de historiadores com larga e sólida produção, aqui cabe destaque para Vainfas tendo especialização nas áreas de estudo da colonização, jesuítas e escravidão, possuindo livros e artigos publicados nestas. No mesmo sentido, a leitura do Guia Digital do PNLD (2020) teve peso importante na escolha, uma vez que define essa coleção como obra com boa atualização historiográfica, sendo recomendada devido a presença do fomento de um pensamento crítico nos alunos. Como abordado acima, a coleção é destinada aos anos finais do ensino fundamental e, sendo aprovada no PNLD de 2020, foi distribuída às escolas no quadriênio compreendido entre 2020 e 2024.

Após um levantamento quantitativo quanto à presença de representações indígenas nos livros da coleção, foram analisados textos e imagens, buscando analisar e compreender questões como o espaço quantitativo reservado; o tempo histórico em que essas representações aparecem; de que maneira os povos indígenas são abordados dentro da coleção; se a ideia de agência histórica e de sujeito histórico é aplicada a esta população; se a diversidade étnico-cultural é apresentada; e qual o trabalho realizado em relação às representações depreciativas mais comuns quanto às populações indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do corpo de questões levantados acima, podemos compreender que a coleção História.doc (Vainfas *et al*, 2020) consegue trabalhar em relação a alguns pontos, destaca-se, por exemplo, a diversidade étnico-cultural, satisfatoriamente contemplada em sua pluralidade; da mesma maneira, as obras trazem as populações indígenas como agentes ativos dentro do processo colonizatório, o que rompe com a imagem comum de vítimas passivas. Entretanto, a coleção adota a narrativa do ponto de vista dos principais ciclos econômicos, reduzindo dessa maneira as populações indígenas à mesma narrativa de povos congelados nos princípios da colonização.

A escolha por uma narrativa cronológica, pautada no modelo progressista cumulativo e teleológico tende a excluir essas populações da “grande história” e as relegar ao papel de “outras histórias”. Já no primeiro livro da coleção “História.doc 6” (Vainfas *et al*, 2020), os autores apontam que a periodização escolhida é pensada a partir da Europa, sendo portanto eurocêntrica e europrocêntrica (Vainfas *et al*, 2020, p. 20), fato que fica bastante evidente no quarto livro da coleção, “História.doc 9” (Vainfas *et al*, 2020), onde as narrativas dos povos indígenas aparecem exclusivamente em boxes, alheios ao corpo principal do texto com a narrativa “principal”.

Apesar dos avanços proporcionados pela inclusão da história e cultura indígena nos currículos escolares, com a Lei 11.645/08, nota-se que a narrativa didática segue adotando padrões tradicionais na política do tempo e do sujeito histórico, o que impede que o conteúdo quanto aos povos indígenas possa ser aprofundado em sua complexidade.

Conclusões

Dentro do intrincado jogo de relações que o livro didático se situa, é necessário compreender que os avanços e permanências quanto às representações indígenas

é parte de um longo processo que em partes independe dos autores, mas dos interesses editoriais, do apelo mercadológico e das pressões de grupos externos à produção e referencial didático.

Apesar disso, torna-se evidente que o livro opta por uma narrativa pautada no ponto de vista europeu, o que por vezes coloca os povos indígenas como subalternizados se não na narrativa propriamente, ao menos na organização dos conteúdos que são apresentados. O livro apresenta pontos relevantes que merecem destaque ao romper com alguns estereótipos, é o caso da figura do “índio genérico”, por exemplo, que dentro dos livros da coleção é abandonada em virtude da valorização étnico-cultural das populações ameríndias. Entretanto, ao escolher uma narrativa padrão, o livro ressalta que a “verdadeira história” é feita e guiada da perspectiva do ‘homem branco’, e outras visões acabam sendo relegadas mais uma vez ao lugar de “outras histórias”, quantitativamente inferiorizadas deste modo.

A análise da coleção *História.doc*, nos mostra o avanço quanto à representação indígena em muitos pontos, no entanto, ao optar pelo ponto de vista narrativo de uma grande história eurocêntrica, o livro mantém a europeidade como o rio que conduz a história humana.

Referências

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Algés: Difel, 2002. 236 p.

MIRANDA, Sônia; LUCA, Tânia. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2004.

MORENO, Jean. Limites, escolhas e expectativas: horizontes metodológicos para análise dos livros didáticos de história. **Antíteses**, Londrina, 2012.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil**. [S. l.: s. n.], 2016.

SILVA, Kalina Vanderlei. Quem disse que “os índios estão acabando”? Respostas Indígenas ao Discurso do “Fim dos Índios” no Ensino de História. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S. l.], v. 20, n. 36, p. 220–248, 2023.

VAINFAS, Ronaldo et al. **História.doc 6**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. 216 p. v. 1. ISBN 978-854723671-7.

VAINFAS, Ronaldo et al. **História.doc 7**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. 248 p. v. 2. ISBN 978-854723673-1.

VAINFAS, Ronaldo et al. **História.doc 8**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. 248 p. v. 3. ISBN 978-854723675-5.

VAINFAS, Ronaldo et al. **História.doc 9**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. 312 p. v. 4. ISBN 978-854723677-9.